ANO V V. 107

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

04/08/2023 A 19/08/2023





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Andressa Dourado, Daniela da Silva e Kelly Pereira
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	12
NORMAS MUNICIPAIS	15
NORMAS EM DESTAQUE	16
INFORME LEGISLATIVO	18
FIQUE DE OLHO	19
ESTANTE VIRTUAL	20
SEMAS NA MÍDIA	21



ATUALIZADO EM 18/08/2023

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição, destaca-se em âmbito federal a **LEI Nº 14.647, DE 4 DE AGOSTO DE 2023**, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre entidades religiosas ou instituições de ensino vocacional e seus ministros, membros ou quaisquer outros que a eles se equiparem. Ademais, enfatiza-se também o **DECRETO Nº 11.648, DE 16 DE AGOSTO DE 2023**, que institui o Programa Energias da Amazônia.

Já na esfera estadual, ressalta-se o **DECRETO Nº 3.258, DE 7 DE AGOSTO DE 2023**, que altera o Decreto Estadual nº 2.545, de 8 de agosto de 2022, que institui o Comitê Estadual de Elaboração do Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (Comitê PARÁ 2050). Além disso, apresenta-se como publicação relevante o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023**, no qual o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), torna público o chamamento de interessados para compor a Câmara Técnica de Juventudes, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática (FPMAC), na forma do artigo 9º do Decreto Estadual nº 254, de 8 de agosto de 2019, e do art.1° da Resolução nº 1, de 14 de dezembro de 2021, do FPMAC, publicada no DOE de 19/05/2023, que dispõe sobre a instituição da Câmara Técnica de Juventudes.

Na esfera municipal, o destaque é a publicação da **LEI Nº 9.923 DE 07 DE AGOSTO DE 2023**, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de 2024 e dá outras providências.

Na seção "Norma em Destaque", tem-se a publicação da **INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 30, DE 9 DE AGOSTO DE 2023,** que estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

O "Informe Legislativo" desta edição, comunica a publicação da **PORTARIA SEMAS Nº 1.668, DE 10 DE AGOSTO DE 2023**, que altera o art. 1º da Portaria SEMAS nº 688, de 18 de abril de 2023, que designa servidores para compor a Julgadoria de Primeira Instância da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), elaborada pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS.

No "Fique de Olho", divulga-se a realização do **SEMINÁRIO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA**, no dia 28 de agosto, que tem como objetivo a promoção do solo seguro na Amazônia, diante da cooperação entre os municípios e a Universidade Federal do Pará (UFPA), sendo promovido pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (EJPA). As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 27 de agosto, no sitio eletrônico da EJPA.

A "Estante Virtual" desta edição, recomenda a leitura do e-book **"RESÍDUOS SÓLIDOS: BOAS PRÁTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS"**, que apresenta discussões sobre boas práticas para o setor ambiental, bem como para a educação ambiental e gestão de resíduos sólidos.

Por fim, a seção "SEMAS na Mídia", traz a celebração do acordo para ações ambientais e de incentivo à bioeconomia, que visa acelerar as ações do Projeto “Realiza Pará”, voltado a apoiar o controle do desmatamento e a promoção da bioeconomia no Estado.

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.647, DE 4 DE AGOSTO DE 2023. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre entidades religiosas ou instituições de ensino vocacional e seus ministros, membros ou quaisquer outros que a eles se equiparem.

DECRETO Nº 11.629, DE 4 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, o Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, que Constitui o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE de que trata o art. 14 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.

DECRETO Nº 11.630, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Institui a Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIIA-PAC.

DECRETO Nº 11.631, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Institui a Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento.

DECRETO Nº 11.632, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.

DECRETO Nº 11.635, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.

DECRETO Nº 11.636, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto nº 7.943, de 5 de março de 2013, que institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.

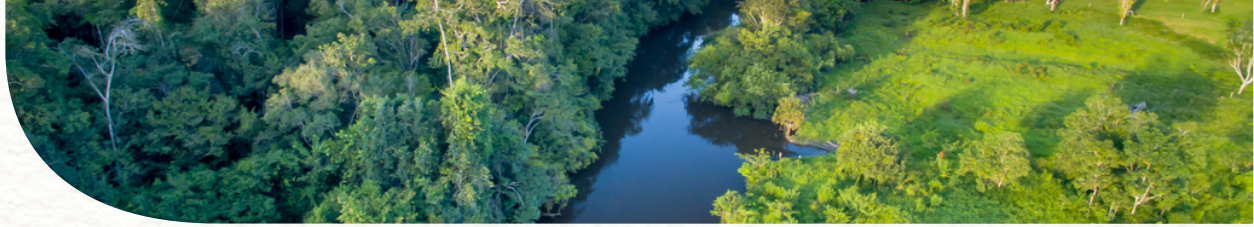
DECRETO Nº 11.638, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui a Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo.

DECRETO Nº 11.639, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

DECRETO Nº 11.641, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.642, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais.

DECRETO Nº 11.643, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Revoga a qualificação das participações acionárias remanescentes de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua exclusão do Programa Nacional de Desestatização.

DECRETO Nº 11.646, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto.

DECRETO Nº 11.647, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho para a formulação de propostas que contribuam para a melhoria das bases de dados e da gestão dos processos e sistemas corporativos referentes aos benefícios operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DECRETO Nº 11.648, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa Energias da Amazônia.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 51, DE 27 DE JULHO DE 2023. Autoriza a edição de Instrução Normativa com vistas a estabelecer diretrizes e procedimentos para a proposição de declaração de interesse social, para fins de criação de projetos de assentamento, em áreas públicas rurais situadas em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou da União, sob a gestão do Incra.

RESOLUÇÃO CONFERT Nº 6, DE 31 DE JULHO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de criação e monitoramento da implantação do Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas (CEFENP).

RESOLUÇÃO CONFERT Nº 5, DE 31 DE JULHO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de revisão do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF).

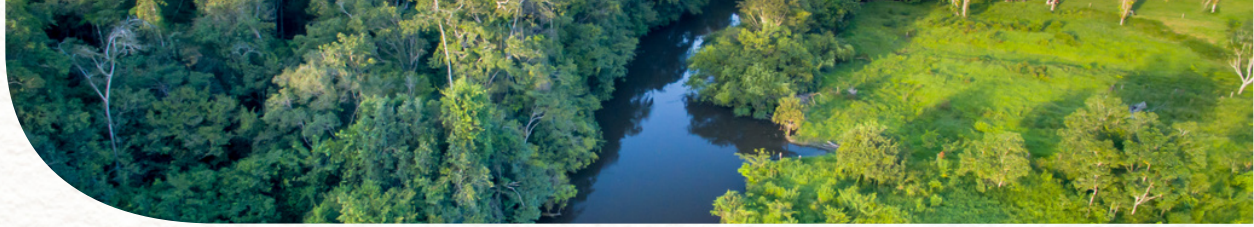
RESOLUÇÃO CONFERT Nº 4, DE 31 DE JULHO DE 2023. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas - CONFERT.

RESOLUÇÃO GSI Nº 25, DE 7 DE AGOSTO DE 2023. Institui grupo de trabalho para estudar a reestruturação de colegiados do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron).

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 1, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre o Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional da Juventude.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 132, DE 27 DE JULHO DE 2023. Estabelece procedimentos para a declaração de interesse social, para fins de criação de projetos de assentamento, em áreas públicas rurais situadas em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou da União, sob a gestão do Incra.

NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 30, DE 9 DE AGOSTO DE 2023. Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

PORTARIA Nº 2.838, MTE DE 1º DE AGOSTO DE 2023. Publica o Regimento Interno do Conselho Nacional do Trabalho - CNT.

PORTARIA SG/PR Nº 161, DE 4 DE AGOSTO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de apresentar proposta de alteração do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que institui a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MDA Nº 2, DE 3 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre mecanismos de incremento ao fomento e aquisições provenientes da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel para as Regiões Norte, Nordeste e Semiárido.

PORTARIA SG/PR Nº 162, DE 4 DE AGOSTO DE 2023. Institui Mesa de Diálogo "Em torno da Mesa: Diálogos Sobre a Mineração no Brasil".

PORTARIA MDS Nº 907, DE 7 DE AGOSTO DE 2023. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para os anos 2023 - 2026.

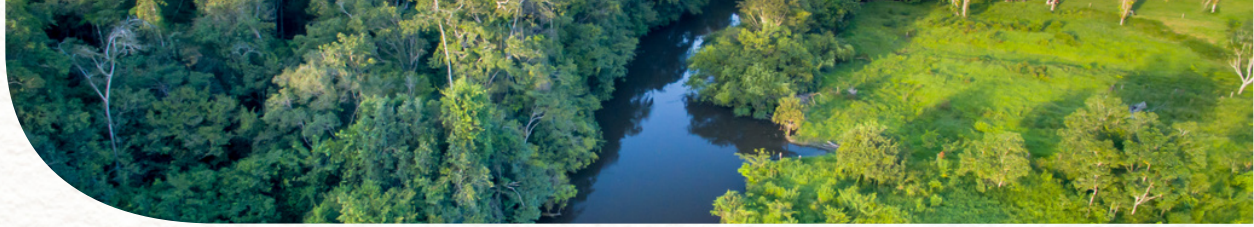
PORTARIA MAPA Nº 604, DE 9 DE AGOSTO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Comissão COP 28, de Preparação para participação deste Ministério nas Conferências da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

PORTARIA MJSP Nº 447, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

PORTARIA MAPA Nº 605, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Estabelece a alocação às unidades produtoras de açúcar das regiões Norte e Nordeste, de cota preferencial adicional de açúcar, destinada ao Brasil pelo Governo dos Estados Unidos da América, para o período de 2022/2023, já descontado o fator de polarização.

PORTARIA GM/MMA Nº 646, DE 15 DE AGOSTO DE 2023. Fica instituída, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Mesa Setorial de Negociação Permanente com os seguintes objetivos.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MDA Nº 144, DE 15 DE AGOSTO DE 2023. Delegação de competência ao Superintendente Regional do Incra no Oeste do Pará - SR(PA/O), para celebrar instrumento de Contrato de Constituição de Servidão Administrativa.

PORTARIA MM Nº 226, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.

PORTARIA MM Nº 227, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum para a Promoção de Estratégias de Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica e cuidado com mulheres da pesca, aquicultura artesanal, marisqueiras e outras trabalhadoras das águas.

PORTARIA MM Nº 228, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa Intersetorial de Formação para a Autonomia Econômica e Cuidado, Enfrentamento à Violência e Articulação Institucional das Mulheres do Campo, Floresta e Águas no âmbito do Ministério das Mulheres.

PORTARIA MJSP Nº 452, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, na Terra Indígena Parakanã, no Estado do Pará.

PORTARIA MJSP Nº 455, DE 17 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP em apoio à Polícia Federal, nos Municípios de Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará.

PORTARIA GM/MMA Nº 651, DE 17 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho - GT Direitos Animais para a elaboração de planos e programas referentes a proteção, defesa, bem-estar e direitos animais.

NORMAS FEDERAIS



40 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



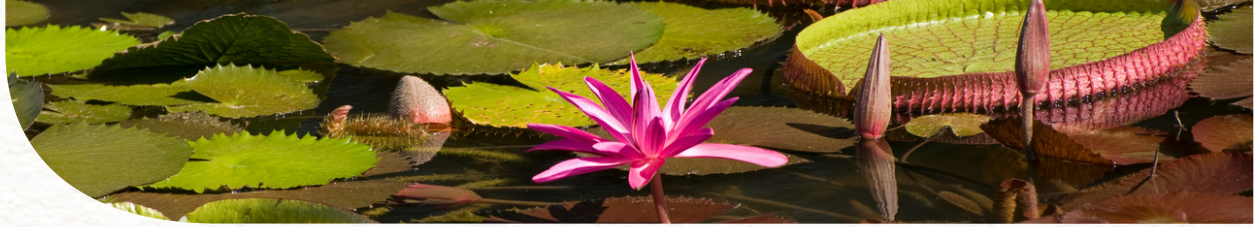
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 2023. Exonera respresentantes do Conselho Estadual de Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI/PA).

DECRETO Nº 3.254, DE 4 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 3.245, de 2 de agosto de 2023.

DECRETO Nº 3.258, DE 7 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 2.545, de 8 de agosto de 2022, que institui o Comitê Estadual de Elaboração do Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (Comitê PARÁ 2050).

DECRETO Nº 3.262, DE 9 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 2.469, de 30 de junho de 2022, que regulamenta a Lei Estadual nº 8.908, de 6 de novembro de 2019, que institui o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPA).

PORTARIA Nº 1651/2023 - GAB/SEMAS. Designar os servidores abaixo relacionados, como Agente de Fiscalização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.

PORTARIA SEMAS Nº 1.668, DE 10 DE AGOSTO DE 2023. Altera o art. 1º da Portaria SEMAS nº 688, de 18 de abril de 2023, que designa servidores para compor a Julgadoria de Primeira Instância da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

PORTARIA Nº 0257/2023-GABS/SEPLAD, DE 16 AGOSTO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho para organização do 22º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias - Etapa Pará e dá outras providências.

PORTARIA SEMAS Nº 1.724, DE 17 DE AGOSTO DE 2023. Institui e designa membros para compor a Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023. O Governo do Estado do Pará, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS, torna público o chamamento de interessados para compor a Câmara Técnica de Juventudes, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática (FPMAC), na forma do artigo 9º do Decreto Estadual nº 254, de 8 de agosto de 2019, e do art.1° da Resolução nº 1, de 14 de dezembro de 2021, do FPMAC, publicada no DOE de 19/05/2023, que dispõe sobre a instituição da Câmara Técnica de Juventudes.

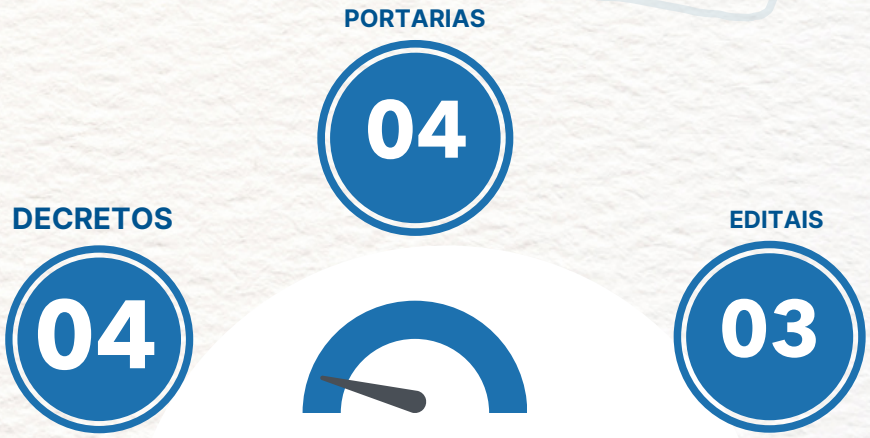
EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO. Torna pública a abertura do processo eleitoral para a escolha dos membros para compor a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), para o biênio 2023/2025, de acordo com os termos da Lei Estadual nº 9.880, de 27 de março de 2023, e do Decreto Estadual nº 3.187, de 3 de julho de 2023.

NORMAS ESTADUAIS



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023. Torna público o chamamento de interessados para compor a Câmara Técnica de Juventudes, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática (FPMAC), na forma do artigo 9º do Decreto Estadual nº 254, de 8 de agosto de 2019, e do art. 1º da Resolução nº 1, de 14 de dezembro de 2021, do FPMAC, publicada no DOE de 19/05/2023, que dispõe sobre a instituição da Câmara Técnica de Juventudes.

08 ATOS NORMATIVOS E 03 EDITAIS ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



LEI Nº 9.923 DE 07 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de 2024 e dá outras providências.

DECRETO Nº 107.880/2023, DE 07 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto Municipal n.º 107.869 de 03 de agosto de 2023 que dispõe sobre o expediente dos órgãos e entidades da administração pública Municipal, direta e indireta, nos dias 08 e 09 de agosto de 2023.

02 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



NORMAS EM DESTAQUE

INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 30, DE 9 DE AGOSTO DE 2023

Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.



SOBRE A DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES

A Declaração de Reconhecimento de Limites consiste em documento expedido ao detentor de títulos privados desde que preenchidos os requisitos de emissão e após análise técnica cartográfica sobre imóveis de detentores de títulos cujos limites confrontem com terras indígenas de ocupação tradicional delimitadas, declaradas, homologadas ou regularizadas, reservas indígenas, terras dominiais indígenas, e áreas com portaria de restrição de uso, nos termos do art. 7° do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que constem na base de dados de Terras Indígenas da FUNAI.



QUEM EMITE?

A Declaração de Reconhecimento de Limites será emitida pela autoridade máxima da Funai, ficando a cargo da Diretoria de Proteção Territorial a instrução e análise do processo.



DÚVIDAS

Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação da Instrução Normativa deverão ser encaminhados à Diretoria de Proteção Territorial da Funai.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

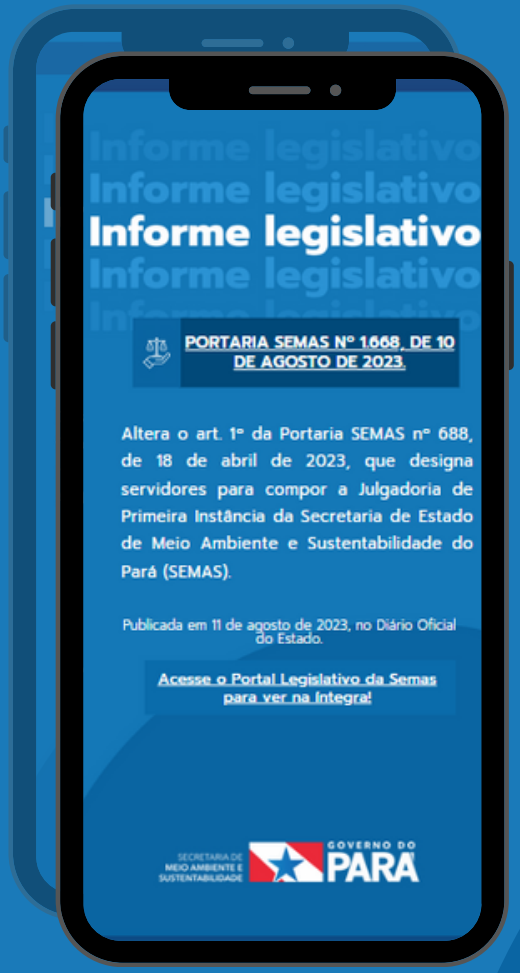


PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



PORTARIA SEMAS Nº 1.668, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Altera o art. 1º da Portaria SEMAS nº 688, de 18 de abril de 2023, que designa servidores para compor a Julgadoria de Primeira Instância da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

PORTARIA SEMAS Nº 1.724, DE 17 DE AGOSTO DE 2023

Institui e designa membros para compor a Comissão Gestora Agenda Ambiental na Administração Pública, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

Clique aqui para conferir as normas no Portal Legislativo

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.

SEMINÁRIO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Promovida pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (EJPA), a Semana de Regulação Fundiária é uma ação da Corregedoria Nacional de Justiça a ser realizada anualmente na última semana do mês de agosto.

Data: 28 de agosto de 2023.

Horário: 09 às 12h e 14 às 18h.

Clique aqui para conferir a programação!



Para realizar sua inscrição, clique aqui.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



RESÍDUOS SÓLIDOS: BOAS PRÁTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A obra apresenta uma vasta discussão sobre boas práticas para o setor ambiental, a qual abrange desde a educação ambiental como um fator importante para a conscientização da sociedade, evitando a cultura consumista e incorporando ações de consumo sustentável, até temas relacionados a exigências de gestão de resíduos sólidos.

Organizadores: Bruno Rafael Monteiro Rodrigues, Soraya Giovanetti El-Deir, Flávio Leôncio Guedes, Thamirys Suelle da Silva.

DISPONÍVEL NO FORMATO DIGITAL: CLIQUE AQUI.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Semas celebra acordo para ações ambientais e de incentivo à bioeconomia

Com a liberação de 700 mil euros, garantidos pelo banco alemão KfW, o Estado vai ampliar sua capacidade de controle do desmatamento.

O Governo do Pará, por meio da **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)**, celebrou no dia 09 de agosto de 2023, em Belém, um acordo de cooperação para acelerar as ações do Projeto "Realiza Pará", voltado a apoiar o controle do desmatamento e a promoção da bioeconomia no Estado. O acordo, assinado pelo titular da Semas, Mauro O'de Almeida, antecipará a liberação de 700 mil euros para implementação do projeto, do total de 13 milhões de euros previstos, garantidos pelo banco de desenvolvimento alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).



Em abril, o banco KfW selecionou o Projeto "Realiza Pará", apresentado pelo governo do Estado e desenvolvido pela Semas, para ser contemplado pelo Programa Fundo Floresta, que apoia estados da Amazônia brasileira em ações para reduzir desmatamento, degradação florestal, promoção da conservação e o uso sustentável dos recursos florestais. A aprovação garantiu os recursos a serem aplicados na proteção florestal e no controle do desmatamento.

Fonte: ASCOM/SEMAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br